

INDEPENDENTE

Editor—João da Silva.
Redacção, administração e
Impressão—Typographia de Albano Pires, rua da Rainha, 120.
GUIMARÃES, 6 DE MARÇO DE 1904



Condições d'assignatura
Anno, 1\$200; com estampilha 1\$500. Africa e Brazil, 3\$000 reis.
Publicações—Anuncios e communicados, por linha 40 reis, repetições 20 reis.

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

SEM COMMENTARIOS

«Logo... ser liberal é maior peccado do que ser blasphemo, ladrão, adúltero ou homicida...» (D'«A Restauração», de 4 de Fevereiro de 1904, órgão do partido nacionalista.)

AS PROPOSTAS

DE FAZENDA

Generalizou-se por esse paiz fóra, de norte a sul, com uma unanimidade que chega a espantar um forte movimento de protesto contra as propostas de fazenda.

Camaras Municipaes, centros commerciaes, associações industriaes, corporações de toda a especie, manifestaram, por varios modos, a reprobção que lhe mereciam essas propostas que sob o pretexto de salvar a nação são a sua fatal, a sua irremediavel perda.

Nunca desde que o regimen liberal foi implantado em Portugal, um ministro passou a si mesmo attestado de incompetencia, tão completo e frisante, porque as propostas de fazenda não passam de um attestado da incompetencia do sr. Teixeira de Souza.

O illustre pobre diabo que gere a pasta das finanças como um dia d'estes lhe chamava o «Jornal da Noite», está definitivamente classificado como uma perigosa nullidade.

Ha muito que o sabiamos, ha muito já que nos habituamos a comparar o sr. Teixeira de Souza a um odre, pela sonoridade que allia a uma vacuidade inconcebivel.

As propostas de fazenda tiveram porem o merecimento de trazer ao espirito de muitos correligionarios do governo actual a convicção de que auxiliando-o, commettiam um grave, um imperdoavel crime, um crime de lesa-patria.

O povo portuguez acha-se prompto para todos os sacrificios, quando verdadeiramente se trate de salvar o paiz.

O povo portuguez tem mostrado de sobejo em muitas occasiões, quanto pode n'elle o amor da patria e como é ca-

paz de remover a poder de esforços titanicos todos os obstaculos, quando a nação careça do seu concurso.

Contra o que o povo portuguez se insurge hoje, não é contra o sacrificio que d'elle se exige, porque o fazia de boa-vontade chegada a hora de elle se tornar necessario.

Contra o que o povo portuguez se insurge é contra a exploração que lhe é descaradamente feita, pois o dinheiro que selhe pede, o dinheiro que se lhe arranca longe de prover as necessidades do paiz só vae servir para locupletar amigos, só vae servir para que se possa continuar este estado de anarchia e esbanjamentos que vimos presenciando quasi desde o advento do actual governo.

O governo porem conserva-se impassivel.

Se existisse n'algun dos seus membros uns restos de dignidade ha muito que elle perante a attitude do paiz se teria demittido.

Não o faz, porem, porque sabe que quando cair é para nunca mais voltar.

ESTÁ TUDO PERDIDO!

Foi esta, de certo, a exclamação do padre mestre nacionalista restaurador cá da terra depois de ler o discurso do novo nuncio por occasião da entrega das suas credenciaes a el-rei, e a resposta de el-rei ao enviado de Pio X.

Está tudo perdido! Até o nuncio até o rei!

E o caso é que o padre mestre, sempre coerente com as suas ideias, tem carradas de razão. E senão vejam, contemplem, ó almas devotas.

Disse o enviado do papa ao rei liberal o sr. D. Carlos!

«Senhor: Profundamente penetrado da alta missão que o Santo Padre me confiou venho junto ao throno de Vossa Magestade para depôr, com o meu maior respeito, nas vossas mãos as cartas pontificias que me acreditam como

Nuncio Apostolico junto da Vossa Real Côrte e d'esta nobilissima nação.

Nada é mais grato ao coração de Sua Santidade, do que ter o enlejo de attestar-vos, Senhor, o affecto sinceramente paternal que da mesma maneira dos seus predecessores, nutre pela Vossa Real Pessoa, por Suas Magestades a Rainha, a Rainha Mãe e por toda a Real Familia, assim como pelo cavalheiresco povo que vos rodeia com o seu amor e fidelidades inquebrantaveis.

Trazendo a Portugal as primicias das bênçãos de Pio X e bem assim os votos que sua Santidade faz pela prosperidade e gloria do Vosso Reino, sempre tão devoto à Igreja, terei tido o empenho em fortalecer os laços que, por merecê de Deus, existem entre o illustre governo d'esta nação e a Santa Sé, em bem reciproco da Nação e do Estado.

Que Vossa Magestade e o seu governo me honrem com a sua habitual benevolencia, e eu terei a inestimavel felicidade de cumprir a minha missão com a satisfação de Vossa Magestade e do meu Augusto Soberano, o Papa.»

O padre mestre a teimar que ser liberal é peor do que ser blasphemo, assassino, adúltero e ladrão, e o Vigario de Christo a dizer que é muito grato ao seu coração attestar ao rei fidelissimo, o mesmo affecto sincero e verdadeiramente paternal que os seus predecessores lhe testemunharam.

O padre mestre a fulminar anathemas sobre os liberaes e o Vigario de Christo a enviar pelo seu representante as primicias das suas bênçãos a este reino liberal.

O padre mestre a dardejarraios e coriscos sobre os liberaes e o Vigario de Christo a declarar solemnemente «sempre devoto à Igreja» o reino liberal, d'um rei liberal.

E' realmente para perder a cabeça, reverendo padre mestre.

Ao discurso do novo nuncio respondeu el-rei:

«E' com o mais vivo prazer que recebo de vossas mãos as lettras pontificias que vos acreditam na minha côrte na qualidade de nuncio apostolico.

Captiva sobremaneira o meu reconhecimento o affecto que anima o Summo Pontifice para com a minha pessoa, a de Sua Magestade a Rainha, minha muito amada esposa, a de Sua Magestade a Rainha, minha angusta mãe, a minha real familia, e o povo portuguez, que tanto amo e a cujos destinos me cabe a fortuna de presidir e a esse paternal affecto correspondo com sentimentos de filho respeitoso.

Sensível em extremo como Rei Fidelissimo, que me ufano de ser, e como portuguez ás bênçãos de Sua Santidade e aos votos que faz pela prosperidade e gloria da minha patria, cuja dedicacão à Igreja vos merece justa referencia, folgo de ouvir que poreis todo o empenho em consolidar os vinculos que merecê de Deus, existem para bem da religião e do Estado entre Portugal e a Santa Sé e peço-vos signifiqueis a Sua Santidade que dirijo ardentemente votos ao Altissimo para a conservacão por dilatados annos da sua preciosa vida.

O elevado fim que vos propondes, os sentimentos de que sois interprete e as vossas distinctas qualidades asseguram-vos toda a minha benevolencia, e a do meu governo, no cumprimento da alta missão que vos foi confiada.»

E esta? Então um rei liberal pode lá ufanar-se, como rei fidelissimo e como portuguez, das bênçãos de Sua Santidade? E ufanar-se na presenca do proprio representante do Papa?

Pode lá dizer que a referencia de Pio X à dedicacão tradicional da patria portugueza à Igreja é uma referencia justa?

Mas o nosso padre mestre que em metaphysicas e manhas aristotelicas leva as lampas a qualquer caloiro de philosophia elemental, e, como polemista, é de fazer irem os proprios moinhos de D. Quixote, o nosso padre mestre sim que, em farroncas deixa a um canto o immortal Tartarin de Tarascon, é capaz de nos dizer que os discursos do nuncio e do rei meramente diplomaticos, e que o Santo Padre tambem manda legados seus a governos não catholicos até inimigos da Igreja.

Esta sahida é digna do conspicuo polemista, philosopho, theologo e humanista como o nosso inculto padre mestre.

Com effeito. O Papa tambem manda bênçãos a governos não catholicos; tambem louva a dedicacão dos inimigos da Igreja à mesma Igreja.

Não é isto archaíssimo padre mestre?

«A Restauração», e o partido regenerador-liberal

III

O sr. Dom Prior da Collegiada pede-nos a publicacão do artigo seguinte:

Se o nobre articulista do *Independente*, nas suas referencias à minha pessoa, não houvera appel-

lado para as muitas atencões, que devo a esta cidade, não viria a discutir na imprensa essas suas referencias comquanto seja muito em consideracão, que lhe devo pela cortezia e benevolencia com que me ha tratado e com que sabe valorizar as asperezas da sua exigencia do conceito. Não viria, porque as discussões me causam demasias aborrecimento, pois são ellas que sempre pouco edificantes para os costumes e estereis nos dominios da verdade.

Discutirei, porque a tanto sou obrigado. Mas fique aqui expressa uma condicão: é que por via da imprensa jamais reverterei ao assumpto.

I. Não são procedentes os fundamentos com que o nobre articulista pretende provar que de facto eu ser considerado o chefe do nacionalismo na cidade de Guimarães.

a) a asserção de que eu teria presidido a todas as manifestações do nacionalismo local não é verdadeira em parte, não servindo para della se concluir a verdade; e nem sequer, na parte que que é verdadeira, procede.

Essas manifestações tem sido convites a diversas pessoas da cidade e seu concelho para adhaerem ao nacionalismo e para a primeira assembleia geral dos adherentes, por cartas de 22-VIII e 2-IX-901, firmadas por muitas signaturas, sendo a minha a primeira;—a assembleia geral do referido mez de setembro me presidiu;—a carta enviada a Commissão Central de Lisboa a proposito do conflicto *quirino*;—e o còrdo celebrado em 5-X-901 entre os partidos progressista, regenerador e nacionalista locais, para a ultima eleccão de deputados neste districto.

E' certo porem que esses convites e essa presidencia foram de minha commissão apenas installada em que não podia haver eleição do partido local, porque este partido ainda não existia. Permittido que eu fôsse o primeiro signatario e que presidisse, foi um acto de mera deferencia, que os mais signatarios convidantes se permitiram para comigo; não foi acto de chefia, porque ainda não houve eleição de chefe, porque não tinham elles poderes para eleger, pois esses poderes só pertencem à assembleia geral do partido.

Na carta enviada a proposito do conflicto *quirino*, que foi publicada pela imprensa, nem ao menos fui eu o primeiro signatario, e mostra não ser exacto que eu haja tomado o lugar da presidencia em todos os actos por que em Guimarães

ões se tem manifestado o nacionalismo.

Quanto ao accôrdo saiba se que não quiz delle tomar a responsabilidade e convidei os seus proponentes a acompanhar-me ás casas dos membros da comissão executiva nacionalista, sendo discutido e fechado pela uma hora da noite em casa do presidente da mesma comissão, estando presentes mais dois membros desta collectividade politica e eu, não podendo assistir outros membros pelo adiantado da hora em que o accôrdo foi proposto. Assim procedi, porque, conforme declarei aos cavalheiros proponentes do accôrdo, não me considerava investido em poderes bastantes para, por parte do centro nacionalista, o celebrar.

b) o assêto de que estive á frente dos nacionalistas de Guimarães no congresso do Porto celebrado nos dias 1, 2 e 3-VI-903 e na conferencia politica de Braga de 18-X-903, proferida pelo sr. Conselheiro Jacintho Candido, tambem não é verdadeiro, porque assisti a essas duas manifestações politicas como simples membro do centro nacionalista de Guimarães e nunca como seu chefe ou presidente.

E' verdade ter eu tomado parte nas discussões do congresso; mas, se este facto provasse chefia ou presidencia, com essa prerogativa deviam ser considerados muitos cavalheiros, que egualmente nellas tomaram parte e que de serem chefes ou presidentes nunca nutriram a veleidade.

Verdade é tambem que *A Palavra* no seu n.º do dia 4 me apresentou entre os muitos delegados dos centros do norte, que haviam assistido ao congresso, mas ser delegado não é ser chefe ou presidente.

Tambem é certo que em Braga, pouco antes da conferencia, fui convidado para fazer companhia ao sr. Conselheiro Jacintho Candido em casa do ex.º Vasco Avellar; não é porém menos certo que adverti este respeitavel e amavel cavalheiro de que não era eu quem devia ser convidado, mas o sr. vice-presidente da comissão executiva do centro de Guimarães, que estava no salão da conferencia, indicação esta que se dignou tomar em consideração convidando o dito sr. vice-presidente, não me dispensando todavia da minha comparencia.

c) o facto de ter ido conferenciar com algumas pessoas, a quatro freguezias do concelho em missão de propaganda nacionalista tambem não prova a minha qualidade de chefe ou presidente, porque comigo e praticando actos de igual propaganda foram outros cavalheiros, que certamente não conquistaram com esses factos o subido logar de chefe ou presidente do nacionalismo em Guimarães.

d) não é prova o facto de alguns periodicos nacionalistas me haverem inculcado como chefe. Nada tenho com semelhantes inculcadas nem me consta que outros periodicos me hajam inculcado como tal alem d'*A Palavra* e d'*A Restauração*. Quanto á *Palavra* porém já ficou ponderado que a sua inculca não tem valor de prova; e quanto á *A Restauração* importa saber que ella nunca affirmou que eu fôsse o chefe nacionalista, não havendo por isso motivo para o articulista, perante a minha declaração negativa, lhe chamar, como injustamente lhe chamou, mentirosa.

O que *A Restauração* affirmou no seu n.º 10 foi que eu era presidente duma comissão nacionalista, o que evidentemente não importa a affirmação de que eu era o chefe ou presidente do nacionalismo em Guimarães. Certamente quiz *A Restauração* referir-se ao facto de eu ser presidente da comissão consultiva do centro nacionalista de Guimarães, para que fui eleito na primeira assembleia geral de

9-IX-901. Esta presidencia, que aceitei de muito bom grado e tenho exercido na medida das minhas posses, não é a presidencia ou chefia do centro, porque o é somente duma comissão meramente consultiva e não representante da soberania do centro ou por delegação deste ou por direito proprio e originario.

e) em presença da minha negativa quanto á minha pretensa chefia não sabe o nobre articulista quem seja o chefe do centro nacionalista de Guimarães; mas, porque o não sabe, não pôde concluir-se que eu o seja ou que elle não exista. Existe: é a benemerita comissão executiva do centro nacionalista. Deve saber o articulista, porque consta de documentos publicos, que o nacionalismo é adversario dos personalismos e em vez delles adoptou as collctividades ou commissões dirigentes. Nem na propria Lisboa ha um chefe, mas uma *Comissão Central* composta das pessoas mais graduadas do partido.

E' esta uma característica, que distingue dos outros partidos monarchicos o partido nacionalista e que lhe dá uma nota democratica, que a esses outros partidos muito custa a comprehender.

Eu porém não sou membro desta comissão. Bem instaram comigo para que accettasse a sua presidencia, mas, no interesse do nacionalismo, que amo com sinceridade, nunca accedi a estas instancias. Prometti auxilia-la no que pudesse, tenho até, pela muita dedicacão, que devo ao nacionalismo, assistido a todas as suas sessões, mas nunca assumi a sua presidencia nem sequer consta das respectivas actas a minha assistencia.

f) esta minha attitude a mantenho desde os inicios do nacionalismo em Guimarães: quando fui convidado para me filiar nacionalista, quando instaram para que fôsse o presidente da comissão executiva e quando presidi aos actos a que já fiz referencia.

Um documento frisante deste meu assêto está a pag. 10 do pequeno livro *Os Centros Nacionaes*, que publiquei em 1902. Ali escrevi logo depois de relatar o convite, que me fez uma comissão de cavalheiros para me filiar nacionalista: «Acceitei e apenas estabeleci duas condições, sendo a primeira, que sempre repeti nas occasiões opportunas e ainda mantenho: que não seria eu quem occuparia o logar de chefe do movimento centralista de Guimarães, porque para tantas canceiras e tantas responsabilidades me não deixavam forças os annos e as enfermidades»

g) a surpresa de que o nobre articulista se confessa possuido não tem causa sufficiente, que a justifique, não só pelas razões expostas, senão tambem porque certamente deve saber que, se no público era ignorada a minha verdadeira posição no nacionalismo, deve attribuir-se ao facto de nos partidos haver ao lado duma vida pública uma vida intima, que não é dado publicar por ser contra uma grande virtude, qual é a virtude da prudencia, salvo havendo motivo de força maior, como no caso vertente succedeu.

O facto de ser appellidado de chefe quem realmente o não seja não é facto novo nos annos politicos d'esta cidade, não sendo por isso natural a surpresa. Da propria casa do *Independente* posso eu adduzir uma prova.

Todos sabem que Francisco Agra tudo mandava no antigo partido regenerador local. O público considerava-o chefe desse partido. Mas um dia, em polemica accesa e demorada, o vice-presidente da camara municipal, que era regeneradora, escreveu no *Vimaranense* que elle Francisco Agra era o chefe politico regenerador. Ao que respondeu o modesto e ao mesmo

tempo grande patriota no *Commercio de Guimarães* de 9-XII-96:

«Chefe politico! Chefe politico e?! Quem me deu tão honrosa investidura, quando e onde?»

Por onde tambem se mostra que pôde succeder que os proprios vice-presidentes das municipalidades algumas vezes dormitem e ignorem quem seja o chefe do seu partido.

Quem era pois o chefe do partido regenerador local? Acaso este seria acephalo? O nobre Conde de Margaride, na sessão de 23-II-92 da Camara alta, havia declarado não tinha partido. Não peço resposta ás interrogacões formuladas, que são tão só interrogacões rhetoricas, que em si mesmas contem sua resposta e servem para significar que não é somente á *A Restauração* que ellas, mudados os nomes, podem ser dirigidas a proposito do nacionalismo local.

II. Sendo necessario, no sentir do proprio articulista do *Independente*, «que alguém com auctoridade indiscutivel faça ouvir a sua veneranda decisão sobre o conflicto» levantado entre *A Restauração* e outros periodicos de Guimarães, fica evidente que me não pertence expôr sobre este conflicto o meu parecer.

a) é evidente que não possuo essa auctoridade indiscutivel para decidir em materia tão delicada e grave. Por mais largos que sejam os vãos, que a imaginação dum articulista rasgue benevolente para exaggerar as minhas fracas qualidades de theologo e a minha modesta posição de parochio, não poderá convencer alguém de que eu possuo uma auctoridade indiscutivel sobre a materia de que se trata.

b) sem resultados, como eram para desejar, muito tem discutido a materia notaveis publicistas e mil vezes se tem feito ouvir a palavra auctorizada de muitos Prelados de Hespanha e da França, succedendo até que a voz augusta dos Pontifices Pio IX e Leão XIII não conseguiu fazer calar para sempre a escabrosa controversia. Tanta é a paixão pelas discussões! E o articulista do *Independente*, dominado pela sua natural ingenuidade, que sem favor todos nós lhe reconhecemos, quer e iusta oportuna e inopportuna que eu decida a questão!

c) pois bem! se de tanto me julga capaz, permitta-me que capaz tambem o considere para essa empreza e consinta lhe aconselhe que forme por si uma opinião sua, consultando as obras de theologos de verdadeira auctoridade. *Vade ad Theologos adprobatos*. Revela-se o nobre articulista um intellectual distincto com facultades de trabalho superiores; estude pois a materia nos bons auctores.

E estudando poderá alcançar a verdade e evitar, como até agora tem evitado, o perigo de muitos, que consiste em arvorar em systema as exclamacões, que ficam sendo argumento do fatuo, os motejos, que são o expediente do nescio, e os doestos, que são a arma do fraco.

d) acalmem-se as paixões, que são más conselheiras, passe por sobre ellas a mão gelada do tempo, e só depois poderei com franqueza dizer a minha de-auctorizada opinião no logar, que mais conveniente me parecer.

III. Não tenho por dever o recorrer ao Ex.º Prelado archidocesano afim de que intervenha com sua auctoridade ordinaria e declare qual é a verdadeira doutrina sobre os pontos, que entre *A Restauração* e outros periodicos vimaranenses se debatem.

a) não sou eu o unico parochio do territorio em que está grassando a contestada doutrina; mas são no, na opinião do proprio articulista, pelo menos os de toda a cidade de Guimarães e seu concelho, parecendo por isso que, havendo

necessidade de recorrer, todos deveriam recorrer collectivamente: ou, como parece mais conveniente, devia recorrer só por si o muito reverendo arcepreste do julgado.

b) não vejo todavia que com essa impugnada doutrina, que para ali se sustenta, perigues a pureza da fé ou a tranquillidade da consciencia, pois é minha convicção que, passada a hora da contenda, os liberaes e os não liberaes, invocando a lei da brandura dos nossos costumes, ficarão mui tranquilos no terreno em que estavam antes de abertos os debates.

c) se o nobre articulista, vendo por outro prisma, considera bem fundados os seus receios sobre o perigo da fé e inquietacão das consciencias, pôde recorrer directamente ao Ex.º Prelado para o que lhe não faltam merecimentos, que prendam a attentão de S. Ex.º Rev.º tão rodeado de cuidados, de trabalhos e de canceiras, e pôde promover que com a sua respeitavel pessoa recorram todos os que se considerarem aggravados com a doutrina d'*A Restauração*.

d) finalmente, é minha convicção que ao Ex.º Prelado já deve ter constado pela imprensa periodica o que na imprensa de Guimarães se tem passado, e que, se ainda não interveio, é porque intende que não deve intervir.

Aqui conclue o artigo do sr. D. Prior

Agora nós

A extensão do artigo, que acabamos de publicar, tomando uma grande parte do nosso jornal, não nos permite acompanhá-lo desde já de todas as considerações que a sua leitura nos suggere.

Poderíamos, e sem necessidade de inventar explicações, deixar d'acceder tam promptamente ao pedido do sr. D. Prior por diversas razões.

1.º—A primeira e mais longa parte do seu artigo visa toda á demonstração de que S. Ex.º não foi, não é, e não se propõe ser, o chefe do partido nacionalista local. Sobre esse ponto não precisava o illustre presidente do Cabido de entrar em tam largas divagações, em tantas citações e em tantos comentarios, pois que nós lhe affirmamos peremptoriamente no nosso ultimo numero que tomavamos a declaração de S. Ex.º como a expressão completa da verdade.

A quem é pois que S. Ex.º deseja convencer?

Se é a nós, parece-nos o proposito inteiramente inutil perante a affirmação cathogorica e terminante, a que nos referimos.

Excusava S. Ex.º de cançar-se tanto, porque afinal devia dar-lhe uma grande massada todo aquelle trabalho d'investigação, a que teve de dedicar-se, para nos provar aquillo, que hoje é para nós e para toda a gente um facto decidido e assente.

2.º—Por outro lado a segunda parte do mesmo artigo não responde ao pedido que tam respeitosa mente lhe formulamos.

Limita-se S. Ex.º a dizer-nos que não tem auctoridade, que c assumpto d'esta controversia tem sido tratado por notaveis publicista sem resultado, que por si nem diz que sim, nem que não, e que é melhor recorrer á auctoridade dos *theologos adprobatos*.

E accrescenta por fim que o dever de recorrer ao sr. Arcebispo Primaz pertenceria a todos os parochos; que S. Ex.º Rev.º poderia muito bem resolver o conflicto e poderia tambem não resolver, e que finalmente a doutrina d'*A Restauração* pôde ser boa e pôde tambem não ser boa.

De modo que ficamos precisamente no mesmo estado.

S. Ex.º não nos quiz esclarecer sobre se ha ou não salvacão possivel fora do nacionalismo.

S. Ex.º não nos diz se o liberal é peor do que o blasphemoso, adultero, ladrão e assassino.

Porque a questão é esta e esta; e tudo o mais não passa de puro incidente que pode vir de norte e confundir a solução do problema fundamental.

3.º—Mas ha um terceiro motivo pelo qual nos poderíamos e deveríamos ter eximido á publicacão solicitada pelo sr. D. Prior.

E' com sincera magoa que a elle nos referimos, porque nem desejamos alterar o conceito, que desde muito formamos de S. Ex.º, nem ter razões para diminuir o respeito e a consideração que sempre lhe dedicamos.

Esse terceiro motivo é que o artigo de S. Ex.º não está em todas as suas passagens em rigorosa harmonia com a forma perfeitamente correcta e respeitosa, que sempre procuramos manter quando a S. Ex.º nos dirigimos.

A Restauração poz as suas columnas á disposicão de quem quer que quizesse discutir esta questão seriamente e serenamente; e a final negou-se a publicar uma carta que lhe foi enviada, muito embora, como se viu, concebida nos termos mais comedidos.

Seria da nossa parte extrema ingenuidade esquecer esse procedimento inqualificavel e de má-fé, para abrir aos nossos adversarios francamente as columnas do nosso jornal e mórmente quando nas entrelinhas, se escondem insinuações e censuras, que nós repallimos por injustas e descabidas.

No entanto para uma vez mais accentuarmos o sentimento de consideração e respeitosa deferencia que nos inspira a personalidade do illustrado chefe da Insigne e Real Collegiada demos inteira publicidade ao seu artigo.

Nós que somos, no dizer d'*A Restauração*, peiores do que blasphemos, adulteros, ladrões e assassinos, temos d'estas simplicidades e d'estas ingenuidades.

*

Voltêmos a analysar cada um dos pontos tratados no artigo do sr. D. Prior.

O extenso arrazoado com que S. Ex.º se propõe mostrar a improcedencia dos fundamentos, por nós allegados, para justificar a sua qualidade de chefe do nacionalismo local, é inteiramente desnecessario.

Explicações posthumas que não tem valor para uma questão inteiramente liquidada.

Façamos S. Ex.º a fineza de voltar a lêr o que sobre este assumpto escrevemos.

Nós patenteamos a nossa surpresa muito sinceramente, como sinceramente a patentecu toda a gente d'esta cidade.

Nós, e Guimarães inteiro, estavamos possuidos da convicção de que S. Ex.º era o chefe, presidente, ou quer que é, (não façamos questão de nomes nem nos atenhemos á subtiliza dos impersonalismos) do partido nacionalista local.

E procuramos explicar essa convicção, que era geral e não somente nossa, para mostrar que tinhamos procedido de boa-fé attribuindo ao sr. conselheiro D. Prior a qualidade citada.

E n'esse intuito desenvolvemos a serie de razões que naturalmente actuaram no nosso espirito, como tinham actuado no espirito de toda a gente, para despertar e fixar aquella opinião.

Mas de resto desde logo declaramos que perante a declara-

ção do sr. D. Prior tinhamos reformado por completo o nosso juizo, e ficavamos certos desde ali para o futuro que S. Ex.ª não foi, não era, nem queria ser o chefe do nacionalismo local.

Quanto aos commentarios que o facto nos suggeriu, e a forma por que nos dirigimos á Restauração, em nada alteramos o nosso modo de sentir.

E sobre esse ponto nenhuma explicação devemos ao sr. conselheiro D. Prior, desde que S. Ex.ª na sua declaração, publicada neste jornal, nos afirma que não manda na orientação da referida gazeta.

Bom é que assim seja. Bom é que S. Ex.ª, longe de se identificar com as miserias repugnantes que ella semanalmente dejecta, se affaste cada vez mais d'aquelle immundo repositório de má fé, de tolices e de porcarias.

E sobre este ponto apenas por hoje uma ultima reflexão. O sr. D. Prior affirmamos que o facto de ser appellido chefe d'um partido quem realmente o não seja, não é novo nos annaes politicos d'esta cidade.

E cita o caso de Francisco Agra, que um dia em meio do calor duma polemica jornalística teve estas exclamações:

«Chefe politico! chefe politico eu?! Quem me deu tam honrosa investidura, quando e onde?»

Ora o caso prova precisamente o contrario do que quer o sr. D. Prior.

Mostra que para se ser chefe d'um partido não são precisas investidas, nem eleições, nem assembleias geraes, nem quaesquer outras formulas semelhantes.

Francisco Agra, não obstante aquellas palavras, foi chefe e legitimo chefe do partido regenerador.

Quem o elegeu? As suas excepcionaes qualidades de actividade e de trabalho, a firmeza e a lealdade do seu caracter, a sua intelligencia, o seu espirito de dedicação e sacrificio pelos seus amigos.

Todo este conjuncto de qualidades superiores o collocou no primeiro logar; e nunca ninguem poz em duvida essa primazia que era indiscutivel e indisputavel.

Nós temos absoluta certeza de que o sr. D. Prior, trazendo a lume esta descoberta, alias pouco felizmente, não se convenceu nem pretende convencer ninguem de que aquellas palavras de Francisco Agra significam aquillo que á primeira vista parecem dar a entender.

Isto não pode soffrer discussão. S. Ex.ª o sr. conselheiro D. Prior póde não querer dar credito ás nossas palavras; e nós poderíamos talvez não saber quem era o chefe do partido regenerador local, porque durante muitos annos, em que n'elle militamos, nunca procuramos o sr. Francisco Agra para lhe solicitar favores de exclusivo interesse pessoal.

Mas em Guimarães não faltará, mesmo entre os proprios nacionalistas d'hoje, quem dê testemunho da sua chefia.

Se S. Ex.ª, o sr. conselheiro D. Prior, quer pois aproveitar o simile para o caso em discussão, tenha cuidado que póde ficar mal.

Na segunda parte do artigo do sr. D. Prior pretende S. Ex.ª dar as razões porque não emite sobre este assumpto a sua opinião.

E n'essa conformidade affirmamos que procede assim:

1.ª) pela sua falta d'auctoridade.

2.ª) porque notaveis publicistas, prelados e até pontifices têm tratado a questão sem fazer callar a controversia.

Parámos aqui um pouco.

Se assim é, se S. Ex.ª confessa que não dispõe de auctoridade sobre o assumpto, se S. Ex.ª confessa que a questão tem sido e é insolúvel, havendo resistido á discussão de publicistas notaveis e até ás maiores auctoridades da Igreja, como se explica que S. Ex.ª, muito embora, não chefe, nem presidente do partido nacionalista, mas podemos talvez dizer seu principal conselheiro e inspirador, permite que nr. gazeta, órgão d'esse partido, se digam, como verdades consummadas, como principios indiscutíveis de que a ninguém é licito duvidar, coisas sobre que os mais notaveis theologos e as maiores auctoridades da Igreja ainda não chegaram a preferir uma solução unica e definitiva?

Pode S. Ex.ª responder-nos que não manda na orientação da «Restauração».

Mas para isso não é preciso mandar.

A sua simples qualidade de conselheiro e amigo sincero do nacionalismo local, não o inibem, quer S. Ex.ª queira quer não, faça ou não sobre esse ponto as mais rasgadas declarações, não o inibem, repetimos, de maior ou menor responsabilidade n' que se escreve no referido periodico em materia de tam especial melindre.

Continuaremos ainda.

Esquivando-se S. Ex.ª a dar-nos a sua opinião franca e desasombrada sobre este assumpto, já porque não tem auctoridade, já por que eminentes publicistas e outras auctoridades não lograram ainda um accordo sobre tal materia, manda-nos S. Ex.ª para os theologos adprobados, e para o nosso proprio estudo d'esses theologos.

Muito poderíamos dizer d'este expediente; mas francamente se não fosse para nós uma convicção intima e profunda a seriedade de caracter do sr. conselheiro D. Prior, julgariamos que tal indicação seria uma simples brincadeira, uma mal cabida ironia, impropria da alta jerarchia de S. Ex.ª, e impropria da importancia e delicadeza da materia que se debate.

Pois S. Ex.ª acaba de nos dizer que não ha accordo entre os mais eminentes theologos, que não obstante as longas discussões que se tem levantado entre elles, se não chegou a uma opinião definitiva, e manda-nos para os theologos adprobados!!!

Mas então todos esses eminentes publicistas, esses prelados, essas auctoridades da igreja, não são todos adprobados?

Diga-nos S. Ex.ª então sinceramente quees são os adprobados para que nós os vamos procurar e consultar, e se não dê porventura o caso possivel e facil de cahirmos sobre quaesquer outros dos taes que S. Ex.ª julga não adprobados.

Serão theologos adprobados o grande redactor d'«A Restauração», e outros de igual jaez?

Por ultimo diz-nos o sr. conselheiro D. Prior que não é o unico parochio da cidade, e que a obrigação de interferir n'este assumpto, solicitando uma opinião decisiva de quem póde e deve d'al-a, pertence a todos.

Estamos perfeitamente d'accordo.

Mas para isto, como para todas as coisas, necessario é que alguém tome a iniciativa.

E esse alguém não pode deixar de ser o mais graduado de todos.

Se o sr. D. Prior tomar a iniciativa de convidar os parochios interessados para lhes ponderar a necessidade d'uma acção collectiva perante S. Ex.ª Rev.ª o sr. Arcebispo-Primaz, afim de lhe supplicarem uma opinião suprema e ultima, que ponha fim ao conflicto, nós não teremos senão que applaudir o louvavel procedimento de S. Ex.ª

Cremos não estar em erro, afirmando que não seria a primeira vez que no D. Priorado de Guimarães se fariam reuniões de parochios por iniciativa e convite do sr. conselheiro D. Prior.

E se é certo que taes reuniões se justificam para tratar de assumptos meramente temporaes, maior razão de ser têm ainda em nosso frac' entendimento quando destinadas a apreciar e resolver sobre altos interesses espirituaes.

Depois remette-nos S. Ex.ª para o Sr. Arcebispo-Primaz, que lhe parece estar n'este momento a par de toda a questão, accrescentando que o illustre prelado naturalmente nada decidirá porque o caso não vale tamanha honra.

N'esta ultima parte ainda S. Ex.ª, se bem percebemos, nos parece dar a entender que a doutrina proclamada pela «Restauração» não pode ser tomada a serio.

E' certo que sua S. Ex.ª não se explica cabalmente, e ora parece dizer que sim, ora que não.

Pareceu-nos, (perdoe-nos se erramos n'esta apreciação) pareceu-nos que S. Ex.ª estava ao mesmo tempo voltado para «A Restauração» e para nós.

Para «A Restauração» com phrases ternas d'apoio e incitamento, que o seu amor nacionalista não póde deixar de inspirar-lhe, e onde ao mesmo tempo transparece uma ligeira ponta de receio pelo redactor feroz e indisciplinado, que não se vendo sustentado incondicionalmente pelos maiores do seu partido era capaz das maximas tropelias e desatinos.

Para nós; fazendo-nos perceber, n'um modo de dizer significativo, que tudo quanto «A Restauração» vem apregoando não é coisa que se possa tomar a serio.

São exaggeros, phantasias, filhos d'um espirito perco e desequilibrado, e nada mais.

Em conclusão: Por tudo quanto se tem dito mais nos confirmamos na opinião que aqui temos accentuado.

A campanha d'«A Restauração» é uma campanha de má-fé.

E' uma exploração politica tam torpe e tam ignobil, como as não ha mais torpes e ignobeis nos outros partidos existentes.

O nacionalismo tem aspirações a partido de governo, quer portanto augmentar a sua clientela, e para isso serve-se da religião como capa, para encobrir os seus interesses politicos e as suas soffregas ambições.

Sabe que a alma do povo é simples e credula, e explora-a, atirando-lhe miseravelmente detraz das columnas d'«A Restauração» patranhas, que nenhum homem de bem tem coragem de vir publicamente sustentar.

E ficamos hoje por aqui.

Parabens

Fazem annos desde 6 a 12 do corrente.

As Ex.ªs Snr.ªs:

- Hoje 6—D. Delmina Augusta de Souza Queiroz;
- «—D. Maria d'Oliveira Costa;
- Dia 7—D. Josephina Leão Costa;
- «—D. Maria Amelia d'Almeida;
- « 8—D. Maria das Dores Teixeira Aguiar Barbosa;
- « 11—D. Amelia Augusta Sampaio;
- « 12—D. Emilia Carneiro Martins (Aldão);
- «—D. Maria José Dias de Queiroz.

E os snrs.:

- Hoje 6—José Lopes de Mattos Chaves;
- «—Domingos José Ferreira Ribeiro;
- Dia 7—Manoel Victorino da Silva Guimarães;
- « 9—José Martins de Queiroz Miñotes;
- «—Alferes Luiz Loureiro;
- « 10—Antonio Teixeira Mendes d'Aguiar;
- «—Dr. Augusto Alfredo de Mattos Chaves.

Estamos d'accordo

Diz «A Restauração» de 18 de fevereiro:

«Notem bem os leitores: Nunca foi convidado para chefe dos nacionalistas o sr. João Franco, por quem tivesse competencia ou auctoridade para tal convite.

Nunca, nunca.»

Diz a mesma Restauração de 3 de março:

«O pretender salvar-se dando a entender que o convite seria feito por quem não tinha auctoridade para o fazer, é mais um expediente agorotado.

Estamos d'accordo. Mas a garotice foi da agorotada «Restauração.»

Conego José Maria Gomes

Amanhã, 7 do corrente, faz annos o nosso presado amigo sr. Conego José Maria Gomes, distincto e illustrado professor do Lyceu de Guimarães.

Receba s. ex.ª as nossas mais affectuosas felicitações.

E' certo

Um franquista—Porque é que você embirra tanto com o Franco?

P.ª Peninhas—Porque não posso sel-o.

Cunha & C.ª

Do Porto, onde tinha ido fazer um sortido completo de pulverisadores nacionaes e estrangeiros, canas, sulphato, e outros artigos, regressou a esta cidade o nosso amigo sr. Manoel Lopes Martins, socio da acreditada casa commercial Cunha & C.ª, com estabelecimento á Rua de Nova de Santo Antonio.

O chefe

Ainda nada se apurou sobre o chefe do nacionalismo local.

Continua envolvido no mais denso mysterio este caso, que tantotem interessado nos ultimos dias a curiosidade publica.

Fazem-se commentarios, imaginam-se as hypotheses mais extravagantes.

Mas a verdade é que até esta hora nada se sabe de positivo a tal respeito.

Os correligionarios porem continuam a affirmar que elle está vivo e são, e que... um dia ha-de voltar, como D. Sebastião, em manhã de cerração.

Theatro de D. Affonso Henriques

Nos principios d'abril vem a esta cidade a excellente companhia de Opera comica do theatro Principe Real do Porto sob a direção de José Ricardo e da qual faz parte a eminenté atriz cantora Lopiccolo.

Esta companhia que se compõe de 52 artistas, traz consigo scenario e respectiva orchestra levando á scena no nosso theatro 2 lindissimas operetas comicas, ornadas de musicas dos melhores auctores.

Ha 11 annos que esteve entre nós esta companhia. E' de suppór que o nosso publico afflua ao theatro para passar 2 noites agradaveis.

Em breve enformaremos os nossos leitores dos titulos das peças e os dias em que os mesmos devem ser desempenhados.

Conde de Samodães

N'um banquete havido no domingo passado no Palacio de Crystal do Porto, e a que assistiram pessoas de diversas cores partidarias, o illustre par do reino e conhecido catholico, sr. Conde de Samodães, proferiu um brinde em que, alem de palavras de caloroso elogio para os Snrs. Nunes da Ponte e Calem Junior, dois republicanos em grande evidencia, disse mais o seguinte:

Abomina tudo quanto seja contra a liberdade.

E concluiu ergnendo Vivas á patria, á liberdade e a tudo quanto é nobre.

Pelo que se vê tambem o Sr. Conde de Samodães é liberal.

Mas ser liberal... é peor do que ser blasphemo, adultero, ladrão e assassino.

Logo, segundo a logica d'«A Restauração», o Sr. Conde de Samodães... é peor do que blasphemo, adultero, ladrão e assassino.

Ora veja o illustre titular a casta de correligionarios que por aqui tem. Que doutrinas, que chegam a estas bellas consequencias!

Accordo

O centro nacionalista de Guimarães, tam cioso dos novos principios e processos do seu partido, iniciou a sua existencia por um accordo eleitoral com o partido progressista e regenerador, a fim de lhe serem contadas umas centenas de votos que não entraram na urna.

O candidato nacionalismo, que agora tanto blasona da sua pureza e da sua virgindade, começou a sua carreira publica por figurar n'uma baixa comedia, que é a revelação mais repugnante da corrupção politica.

Que diz a isto «A Restauração»?

Animal ante-diluviano

Dizia-nos ha dias um nosso amigo.

«Este redactor d'«A Restauração» já nem sequer é da idade media; é um verdadeiro animal ante-diluviano.

E' verdade; mas um animal muito grosso e muito mal creado.

Enfurecida.

«A Restauração», apertada pela espora, espinaeteia furiosamente.

Que faria se o coiro não fosse tam grosso.

Tenha paciencia; mas animaes assim não se domesticam com afa-gos.

ECHOS DE UMA CONFERENCIA

Da creada Mariquinhas, Do padre João Civil E frei José de Peninhas.

(Continuação)

Pen.—Olhe que ella vae ditar, Padre João, 'screva lá.

Maria (ditando) A gente um tanto atrevida Nunca resposta se dá.

João—Muito bem, sôra Maria, Não me lembrava de tal.

Pen.—E' um principio d'arronbã, Que muito dinheiro val,

Maria (ditando) Mas 48 re... Uma vez na vida Muito a bem se levará.

João—Melhor, senhora Maria, Toda a gente pasmará!

Pen.—Como sabe você d'isto? Faz versos com tanto brio...

Maria—No tempo em que era mais nova Cantei muito ao desafio.

João—Tambem eu; mas hoje em dia E' uma tal desolação!

Maria (ditando) A um poeta afamado Responde o padre João.

João—Afamado é muita honra Para um poeta ordinario.

Pen.—Mas pocha afamado em grifo Para dizer o contrario.

Maria (ditando) Os seus versos com agrado D'esta feita lidos são.

João—A modos que o 'stá gabando, E' tóra da occasião.

Pen.—Se a Maria dá licença Tambem metto o meio bedelho.

Maria—Metta, metta, meu senhor, Que gosto do seu conselho.

Pen.—Reverendo escreva lá: (ditando) Quasi escapo a medição!

João—Tambem você vem gabar Aquelle sensaborão.

Continua.

Expediente

O nosso jornal é hoje distribuido fóra da hora costumada em razão de publicarmos o extenso artigo do sr. D. Prior que alem de recebido muito tarde soffreu da parte de S. Ex.ª no decurso da revisão modificações, que obrigaram a maior e mais longo trabalho typographico.

RAZÃO

Um grammatico—Olha a grande quantidade de tremas que o P.º Peninhas gasta na «Restauração»!

Um franquista—Por isso elle anda desatremado!

PERDEU-SE

Um lognon de tartaruga com uma das lentes fôscas, entre a Avenida do Campo da Feira e Castanheiro e Rua de Francisco Agra.

Quem o encontrar e quizer entregar em Aldao, receberá alviçaras.

CAMARA MUNICIPAL

Sessão ordinaria de 16 de fevereiro de 1903

Presidente—Dr. Joaquim José de Meira.

Vereadores presentes—abba-de Oliveira Guimarães, Dr. Armando de Faria, Freitas Ribeiro Alvaro Costa, e Salgado.

Secretario—José M. Gomes Alves.

Lida, approvada e assignada a minuta para a acta da sessão anterior, pelas 12 horas do dia, foi pelo snr. presidente declarada aberta a sessão.

Officios:

Do Ex.º Sr. Governador Civil d'este districto, expedido pela Repartição Central sob. o n.º 68 com data de 10 do mez corrente, participando ter sido concedida auctorisação, para prover por meio de concurso, o lugar de Fiscal Revisor do mercado d'esta cidade, com o ordenado annual de 95.000 reis; inteirada e deliberou annunciar o respectivo concurso conforme preceitua a lei.

Do Snr. Director das Obras Publicas, d'este districto, sob o n.º 57, com data de 11 do mez corrente, participando que por portaria do dia 8 do mez corrente, foi esta municipalidade auctorisada a proceder de conta propria, á alteração da estrada districtal n.º 17—Guimarães á ponte sobre o rio Ave e á Povoia de Varzim, rectificando-a entre a rua dos Duques de Bragança e o largo do Conde D. Henrique, d'esta cidade; inteirado.

Requerimentos:

De Manuel dos Santos Rocha, e outros proprietarios, moradores na freguezia de Leitões, d'este concelho, pedindo licença para encanarem no ribeiro as aguas que seguem dispersas ao longo do caminho publico nos logares da Cruzinha ao Barreiro, evitando d'esta forma o impedimento do transito publico; ouvida a respectiva Junta de Parochia, volte.

De Dona Emilia Augusta Pereira da Silva Cabral, que ficou de Antonio José Cabral, proprietaria moradora n'esta cidade, pedindo para lhe ser acceite a declaração da nacionalidade brasileira a favor de seus filhos Alvaro e Armando, nacionalidade esta que era a de seu pae; deferido lavrando-se o respectivo termo.

De Manuel Alves da Silva Cosme, proprietario, d'esta cidade, pedindo licença para collocar uma cabeceira de pedra no jazigo perpetuo que possui no Cemiterio Publico, d'esta cidade conforme a planta apresentada;

Ouvido o parecer do Snr. Vereador Martins da Costa, volte.

De Antonio Lopes dos Santos, proprietario, da freguezia de S. Thyago de Candozo, d'este concelho, pedindo providencias acerca d'uma transgressão de posturas; nada tem que providenciar visto que a transgressão a que o requerente se refere, foi applicada a necessaria multa pelo official de diligencias da administração do concelho Aveiino Antonio Fernandes, a qual deve seguir os seus regulares termos, sendo levada ao poder judicial quando o transgressor a não pague voluntariamente.

De diversos moradores da rua do Sabacho, d'esta cidade, pedindo a collocação d'uma lampada da iluminação publica, n'esta rua; ouvido o parecer do Snr. Vereador, volte.

Foi lida uma participação de Joaquim José Marques Guimarães, fiscal das estradas municipais, dando conhecimento de que um muro de suporte da estrada municipal da Corredoura, em S. Torquato, tende a cahir, sendo urgentemente necessario reparal-o para evitar despesas de maior, e bem assim de que na estrada de S. Paio ha um aqueducto que devido a umas raizes não dá o necessario despejo aos enxurros; inteirada, e mandou que a limpeza d'este aqueducto fosse immediatamente feita pelos Cantoneiros municipais, e quanto ao muro de suporte que elaborasse o necessario projecto e orçamento da obra que urge fazer afim de ser ordenada a sua execução, logo que a Camara esteja habilitada com a verba da despesa inserida no orçamento geral, pendente da approvação tutelar.

Foram lidas as participações das occorrencias havidas na luz publica durante as noutes dos dias dez do mez corrente até hoje de que ficou inteirada.

Pelo Ex.º Sr. presidente foi, apresentada á Camara a copia autentica do accordam proferido pelo Conselho do Tribunal de Contas, acêrca das contas da gerencia d'esta municipalidade, referentes ao anno de 1902, tornando responsavel a respectiva vereação no dia trinta e um de dezembro do alludido anno pelo saldo verificado de 11:243.301 reis, igual ao constante das contas exaradas no respectivo livro existente ao archivo municipal de que a Camara ficou inteirada.

Deliberou dar como justificadas as faltas havidas na luz publica, durante as noutes dos dias 6-8-9 e 10 do mez corrente.

Deliberou approvar o projecto e orçamento para a jobra de construção da estrada municipal n.º 9 de Matamá a Paçõ, lanço unico na extensão de 3.454^m, e, orçado na importância de 7:566.000 reis, e que este fosse enviado á estação tutelar para merecer a necessaria approvação.

Pelo Ex.º Sr. presidente em conformidade do disposto no art.º 104 do cod. adm. foi apresentada á Camara a conta geral da gerencia do anno findo de 1903. Depois de lida pelo Secretario a alludida conta foi nomeada uma Commissão composta dos Snrs. Vereadores Conego Vascellos, Abba-de Oliveira Guimarães e Salgado, para detidamente a examinare e emittirem o seu parecer, para se seguirem os ulteriores termos.

Auctorison o pagamento da quantia de 3.160 reis, importância de salario devido á ama interna do hospicio Josepha Rosa, despedida no dia 14 do mez corrente por se verificar ter falta de leite.

Sendo duas horas da tarde e não havendo mais que tratar o Snr. presidente encerrou a sessão

PERGUNTA

Porque é que «A Restauração» não quer a opinião do snr. Arcebispo?

S. ex.ª reverendissima não lhe parecerá auctoridade sufficiente?

Companhia de Fiação e tecidos de Guimarães

Recebemos o Relatorio da Direcção, balanço e parecer do conselho fiscal da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, que vão ser apreciados, discutidos e votados em sessão ordinaria da Assembléa Geral que ha-de realizar-se no dia 19 do corrente, ao meio dia, no escriptorio da Companhia, á Rua de Santo Antonio, discutindo-se na mesma occasião, em sessão extraordinaria, o novo projecto de estatutos.

A conta de Ganhos e Perdas, no anno de 1903, fecha com um saldo positivo de reis 44:177.5275 reis.

Este saldo provem da conta de Algodão em fio (laboração), que ascende a 81:979.5707, liquidos dos encargos directos de fabricação, e vem fazer face a todos os demais encargos da Companhia.

A conta de Tecidos (laboração) apresenta um saldo de rs. 2:845.5454, liquido das despesas d'um anno (ordenados, ferias, seguros, carvão, carretos, etc.), producto do movimento fabril de 8 mezes e commercial de 6.

Entre outros actos de boa administração, que o Relatorio constata, resalta a liquidação do debito hypothecario ao snr. João Teixeira de Barros.

Obtidos os capitães necesarios para essa liquidação, a direcção d'accordo com o conselho fiscal, entendeu conveniente desonerar de quaesquer hypothecas os predios da Companhia, o que fez, pagando áquelle credor hypothecario, a de capital e juros, a quantia de reis 38:280.5500, ficando assim o emprestimo obrigacionista o unico encargo hypothecario da Companhia de Fiação.

A Direcção é de parecer que o futuro desenvolvimento fabril da Companhia de Fiação depende de se desinvolver largamente a produção de varios tecidos que ainda hoje importamos em larga escala, e da collocação sem esforço de toda a produção de fio visto que no mercado o fio apparece em quantidade superior ás necessidades do consumo sendo certo que, apesar d'isso, escasseam tecidos nacionaes, especialmente de estampania que ainda importamos por milhares de contos.

Para isso torna-se necessario effectuar a installação de tinturaria e fazer outras construcções, que, sem augmento de capital, não podem por enquanto realizar-se.

Ao saldo de Ganhos e Perdas a direcção propõe que seja dada a distribuição seguinte:

Reserva para machinismos.....	10:000.5000
Reserva para liquidações.....	5:000.5000
Complemento de 85:000.5000 de fundo de reserva.....	2:194.5530
Amortisação na conta Edificio de Teclagem.....	2:000.5000
Liquidação da conta escriptorio e armazem da Fabrica..	158.5400
Caixa de soccoros a operarios.....	124.5435
Dividendo de 6.º.....	21:000.5000
Saldo para nova conta de Ganhos e Perdas.	3:700.5000
	44:177.5365

Fallecimento

Victimado por uma congestão cerebral falleceu inesperadamente, na segunda-feira de madrugada, na sua casa da Corredoura, o abastado capitalista snr. Joaquim Fernandes Guimarães, cunhado do nosso presado amigo snr. Antonio José Lage.

Os funeraes verificaram-se na terça-feira de manhã na igreja parochial de S. Torquato, com grande concorrência de eclesiasticos e pessoas das relações da familia do findo, a quem damos sentidos pzaes.

Deixou testamento cerrado, approved em 6 d'abr. de 1901 na cidade de Belem do Pará pelo tabelião Jaime Augusto Oliveira da Gama, do qual extractamos as disposições seguintes:

Deixa a D. Elvira Poli, a quantia de 80.000 francos, livre de quaesquer contribuições ou impostos, e que será entregue pelo testamenteiro á legataria logo apos o seu fallecimento independentemente de qualquer formalidade;

Deixa a quantia de 1:000.5000 reis a cada uma de suas sobrinhas, Delphina e Emilia, filhas de sua irmã Antonia;

Deixa 1:000.5000 reis a sua sobrinha Rosa, filha de sua irmã Joanna;

Deixa 3:000.5000 reis a seu sobrinho e afilhado Alvaro, filho de de sua sobrinha Joanna;

Deixa 2:000.5000 reis para serem empregados na compra d'um predio que será usufruido por sua irmã Maria Rosa, enquanto for viva, passando por sua morte a raiz do mesmo predio para suas sobrinhas Deolinda e Agueda, filhas da usufructuaria.

Deixa 1:000.5000 reis á Irmandade de S. Torquato, para ajuda das obras da respectiva igreja;

Deixa 8:000.5000 de reis á sua irmã Maria, casada com Antonio José Lage, bem como o usufructo da sua casa d'habitação com o terreno chamado da Eirinha, passando por sua morte para seu sobrinho e afilhado Alvaro em propriedade plena;

Institue herdeiras, em partes eguaes, do remanescente da sua herança, a suas sobrinhas Joanna, Amelia, Emilia e Ermelinda, filhas da dita sua irmã Maria com a obrigação de sustentarem durante a sua vida sua irmã Adelaide;

Nomeia testamenteiros, no Brazil, Domingos Teixeira Barbosa, João Lopes Guimarães, e Joaquim Lopes d'Almeida Couto Martins; e em Portugal, em primeiro lugar, a Antonio José Lage, em segundo a João Vasco Cardoso Guimarães e em terceiro lugar a Abilio Joaquim Gomes.

—Calcula-se em 300:000.5000 reis, moeda brasileira, a herança deixada pelo fallecido.

AGRADECIMENTO

Antonio Pereira de Souza vem por este meio, visto o seu estado de saúde não lhe permitir fazel-o pessoalmente, como era seu intimo desejo, agradecer muitissimo penhorado a todas as pessoas da sua amizade e relações, que se dignaram interessar-se pela sua saúde durante a enfermidade, que recentemente o accommetten, protestando a todas o seu maior reconhecimento.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE GUIMARÃES SOCIEDADE ANONYMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

São convidados os snrs. accionistas d'esta Companhia a reunirem-se em assembléa geral extraordinaria no dia 19 do mez proximo, pelas 12 horas da manhã no escriptorio da rua de Santo Antonio, d'esta cidade, afim de discutir e votar o novo projecto d'estatutos; e bem assim em sessão ordinaria para apreciar, discutir e votar o relatorio da direcção e parecer do Conselho Fiscal relativos ao anno findo. Guimarães 25 de Fevereiro de 1904.

O 1.º secretario: Antonio José de Faria.

CONCURSO

(1.ª publicação) A Camara Municipal da cidade e concelho de Guimarães, districto administrativo de Braga, devidamente auctorisada, abre concurso documental por espaço de 30 dias a contar da ultima publicação do presente annuncio, para o preenchimento do logar vago de fiscal revisor da praça do mercado, d'esta cidade, com direito ao vencimento annual de 95.5000 reis, inserido no respectivo orçamento.

Os concorrentes deverão apresentar na Secretaria da Camara os seus requerimentos instruidos com os documentos exigidos pelo decreto regulamentar de 24 de dezembro de 1892.

E para constar se publica o presente e outros d'igual teor.

Guimarães e Paços do Concelho, 23 de fevereiro de 1904.

O Secretario da Camara, Jose Maria Gomes Alves

O Presidente da Camara Joaquim José de Meira

EDITAL

1.ª Publicação A Camara Municipal d'este concelho de Guimarães.

Faz saber, para conhecimento de quem interessar, que por espaço de 30 dias, a contar de 1 do proximo mez de março desde as 9 horas da manhã até ás trez da tarde, se acha aberto o cofre municipal para a cobrança do imposto municipal directo que constitue receita do anno de 1904 e ainda sobre os juros, ordenados e outros e outros rendimentos isentos das contribuições, predial, industrial, sumptuaria e de renda de casas.

São prevenidos os interessados de que os conhecimentos do referido imposto, que não forem pagos durante o indicado prazo, serão relaxados a fim de ser cobrada a sua importância por meio de execução na conformidade da lei, tendo por isso os respectivos contribuintes de pagar os competentes sellos e custas.

E para constar se publica o presente e vão ser affixados outros da igual teor nos logares mais publicos do concelho.

Guimarães 26 de fevereiro de 1904.

O Presidente, Joaquim José de Meira.